

# Boletim Informativo

Edição 63  
26.Fevereiro.2025



## Comissão aprova encaminhamentos para mobilização pelos 26,05%.

A comissão de mobilização aprovada na Assembleia Geral do dia 20/02, reunida no auditório do SINTFUB nesta quarta-feira discutiu os últimos Informes e as táticas para organizar a luta pelo cumprimento imediato, por parte do MGI, da decisão transitado em julgado referente aos 26,05% nos salários dos técnico-administrativos da UnB.

A primeira parte da reunião foi dedicada à apresentação de informes. A coordenação do sindicato iniciou comunicando uma ligação da deputada Érika Kokay sobre reunião realizada com a ministra Esther Dweck, do Ministério de Gestão e Inovação no Serviço Público (MGI), onde, entre outros temas, foi abordada a questão da parcela dos 26,05% dos técnicos da UnB. De acordo com a deputada, a Ministra alega limitações estabelecidas pela Advocacia Geral da União para o cumprimento da decisão da Segunda Turma. Diante da alegação apresentada pela ministra, a deputada Érika Kokay informou que vai buscar viabilizar um encontro entre os segmentos envolvidos no cumprimento da decisão, em particular Advocacia Geral da União (AGU) e o MGI, para unificar entendimentos e viabilizar o pagamento dos 26,05% conforme decisão: integral e para todos(as). O coord-

nador geral, Francisco Rodrigues, apresentou o informe de reunião realizada com a presidência da CUT-DF, também no sentido de mobilizar as mais amplas forças no atendimento das reivindicações dos técnicos (matéria pág. 2).

Outro informe importante foi sobre as novidades no julgamento da ação dos docentes no Supremo Tribunal Federal (STF). Inicialmente previsto para ser analisado em Plenário no dia 19/2, o Mandado de Segurança 26156 que trata da manutenção do pagamento da parcela de 26,05% nos salários dos docentes da UnB, entrou na pauta virtual para julgamento pela

Primeira Turma (grupo de cinco ministros), entre os dias 7 e 14 de março. O processo e tem como relatora a ministra Cármen Lúcia.

Após os informes foram realizados debates e avaliações, levando em consideração a ampliação da mobilização da categoria, a realização de uma greve forte em defesa dos 26,05% integral, sem redução, absorção ou exclusão, e a paralisação nacional dia 11 de março pelo aprovação da LOA, com ato no MGI.

Nova reunião será realizada na sexta-feira (7/3). Todos (as) estão convocados(as) a participar da organização da nossa luta!

### Encaminhamentos:

1. Solicitar reunião com a Reitoria-SINTFUB/Comissão.
2. Solicitar audiência com a Deputada Érika Kokay-SINTFUB/Comissão; ampliar contatos com outros parlamentares.
3. Mobilizar para II/3 - Assembleia e ato no MGI.
4. Propor para as entidades organizadoras do ato do dia II/3 caminhada até o Congresso Nacional.
5. Buscar Audiência com a AGU-SINTFUB/Comissão (via parlamentares, CUT e outros).
6. Buscar Audiência com o MGI/Esther-SINTFUB/Comissão (via parlamentares, CUT e outros).
7. Audiência com atores do tema 26,05% em conjunto AGU-MGI-SINTFUB/Comissão.
8. Próxima reunião de avaliação e encaminhamentos para a Assembleia do dia II. Reunião dia 7/3, às 9h, no SINTFUB.



[www.sintfub.org.br](http://www.sintfub.org.br)



@sintfub\_unb

## SINTFUB se reúne com a CUT-DF



O Coordenador-Geral do SINTFUB, Francisco de Assis Menezes Rodrigues, se encontrou com

o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), Rodrigo Rodrigues, para discutir as demandas da categoria e buscar iniciativas da Central diante de questões específicas dos servidores técnico-administrativos da UnB.

No último período a CUT-DF e outras lideranças políticas foram importantes na articulação política e por viabilizar audiências diversas na luta pelo cumprimento da decisão favorável à parcela dos

26,05% nos salários dos técnicos. Como a reunião recente na Advocacia Geral da União (AGU).

Mais uma vez a representação da entidade se colocou inteiramente à disposição da categoria e vai seguir procurando abrir caminhos, agendas, além do apoio incondicional à mobilização e possível GREVE, pelo cumprimento da decisão judicial transitado em julgado, sem absorção ou redução da parcela de 26,05% para todos(as).

## Relator estabelece data para votação LOA

A Agência Senado divulgou que o relator da peça orçamentária de 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA), afirmou que a votação da Lei Orçamentária 2025 deve acontecer somente no dia 17.

A afirmação foi feita em entrevista à Agência Senado após o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado federal Julio Arcoverde (PP-PI), ter que realizar reunião para votar o Orçamento no dia 11 de março, o que foi amplamente difundido pela imprensa.

“Angelo Coronel disse, em entrevista à Agência Senado, que no dia 11 os líderes partidários devem se reunir para buscar consenso sobre alguns pontos do relatório ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 (PLN 26/2024) e tentar definir uma “projeção de se votar o Orçamento”. Ele ainda informou que vai conversar com o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre, para que a matéria seja votada no dia 17, tanto na CMO como no Plenário”.

“Acho muito difícil acontecer no dia 11. Dia 11 nós deveremos con-

versar com os líderes, começar a ajustar alguns pontos, e o mais provável é que venha a ser votado na semana seguinte, a semana do dia 17. Vou combinar com [...] Davi Alcolumbre para que a gente possa votar na CMO e, em seguida, votarmos no Plenário. Mas primeiro, temos que acordar isso com o presidente do Congresso, [...] porque é ele quem faz a convocação para o Plenário, declarou” o senador Angelo Coronel.

Como destacou a notícia do Senado a “LOA de 2025 deveria ter sido aprovada no fim do ano passado pelo Congresso”. Todos os mais de 40 acordos que preve-

em reajuste salarial para o funcionalismo público federal, depende da aprovação da LOA para entrar em vigor. É o caso dos servidores técnico-administrativos em Educação cujo reajuste de 9% em 2025 que deveria ter sido incorporado aos salários em janeiro, ainda não foi efetivado. Em janeiro a ministra Esther Dweck afirmou que aprovada a LOA o reajuste seria pago com retroativo a janeiro.

A previsão de votação não muda a necessidade de mobilização da categoria em defesa do cumprimento integral do acordo e a paralisação nacional do dia 11 de março.

### 11 DE MARÇO, DIA DE PARALISAÇÃO NACIONAL

